## INSTRUÇÃO NORMATIVA n. 02/2022.

Em cumprimento ao disposto art. 5º, item XXI das atribuições do cargo de controlador interno, da Lei 230/2019, o Controlador Interno expediu a Instrução Normativa que padroniza o comprovante de residência e as declarações a serem entregues para o ato de admissão, nomeação ou concurso de agentes públicos.

Publicado no D.O.M.

Data: 05/04/2022

Edição: 3819

Art. 1º Ficam estabelecidos os padrões de apresentação do comprovante de residência e das declarações de que trata a Instrução Normativa N.TC-11/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Serão aceitos como comprovantes de residência qualquer dos itens constantes na relação do anexo I que esteja em nome do agente público.

§1º Caso o comprovante de residência, conforme disposto no *caput,* esteja no nome do cônjuge, o agente público deverá apresentar certidão de casamento ou união estável.

§2º Caso o comprovante de residência, conforme disposto no *caput,* esteja em nome de terceiro ou o agente público não possuir comprovante, o mesmo deverá preencher a declaração de residência conforme modelo do anexo II, devendo assinar na presença de um servidor público que lavrará sua autenticidade, conforme disposto na Lei 13.726/2018.

§3º O comprovante de residência deverá ser atualizado com no máximo dois meses de diferença entre a data de emissão deste e a data de protocolo de entrega.

Art. 3º A declaração de não acúmulo ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos ou a declaração de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, deverão seguir os modelos dos anexos III e IV respectivamente.

Art. 4º A declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, deverá seguir o modelo do anexo V.

Art. 5º Em regra o agente público deverá apresentar a declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

§1º Excepcionalmente, em caso de não obrigatoriedade de apresentação da declaração conforme *caput*, o agente público deverá apresentar a declaração de bens conforme modelo do anexo VI.

§2º Caso o agente público não possua bens em seu nome, o mesmo deverá apresentar a declaração de não possuir bens, conforme modelo do anexo VII.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas a Instrução Normativa n. 04/2021 e a Instrução Normativa n. 01/2022.

Taió (SC), 4 de abril de 2022.

Orli José Machado

Controlador Interno

Anexo I

Relação de documentos aceitos como comprovação de residência para o fim que se especifica.

* Contas de água, luz, TV por assinatura, internet, telefone fixo e celular;
* Contrato de aluguel reconhecido em cartório;
* Carnês de IPTU e IPVA;
* Fatura do cartão de crédito;
* Escritura de imóvel;
* Boleto de mensalidade escolar;
* Boleto de pagamento de plano de saúde;
* Multa de trânsito;
* Extrato do FGTS enviado pela Caixa Econômica Federal.

Anexo II

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Por meio da presente declaração, eu, (*nome completo*), (*estado civil*), (*nacionalidade*), (*profissão*), carteira de identidade n. (*xxxxxx*), expedida por (*xxxxxxxx*), CPF n. (*xxx.xxx.xxx-xx*), declaro conforme art. 1º da Lei 7.115/1983, para todos os fins e a quem possa interessar, ser residente e domiciliado no seguinte endereço:

(*Colocar o endereço completo: rua, bairro, município, estado e CEP*)

Declaro, ainda, estar ciente de que a falta de autenticidade nas informações acima declaradas poderá me sujeitar a aplicação das sanções cíveis, administrativas e penais previstas na legislação brasileira, inclusive aquelas referentes ao delito de falsidade ideológica.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Taió (SC), (*dia*) de (*mês*) de (*ano*).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(*Nome do declarante*)

Atesto a autenticidade da assinatura do declarante­ \_\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

­­­­

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome do servidor atestante

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do servidor atestante

Anexo III

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO ILEGAL DE CARGOS PÚBLICOS

Eu (*nome completo*), Infra-assinado, portador(a) do RG n. (*xxxxx*), inscrito(a) no CPF sob o n. (*xxx.xxx.xxx-xx*), em cumprimento ao que determina o artigo 170 da Lei 252 de 31 de agosto de 2021 e artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal de 1988, DECLARO para todos os efeitos legais e sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, nos termos da legislação vigente, que NÃO ocupo ou recebo proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública na Administração Pública Direta, Indireta, na suas subsidiárias, bem como em qualquer sociedade controlada pelo Poder Público, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Taió (SC), (*dia*) de (*mês*) de (*ano*).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(*Nome do declarante*)

Anexo IV

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO LEGAL DE CARGOS PÚBLICOS

Eu (*nome completo*), Infra-assinado, portador(a) do RG n. (*xxxxx*), inscrito(a) no CPF sob o n. (*xxx.xxx.xxx-xx*), em cumprimento ao que determina o artigo 170 da Lei 252 de 31 de agosto de 2021 e artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal de 1988, DECLARO para todos os efeitos legais e sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, nos termos da legislação vigente, que:

[ ] Recebo proventos de aposentadoria de Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, decorrentes de cargo(s), emprego(s) e/ou função(ões) pública(s), incluídas as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e Fundações mantidas pelo Poder Público, abaixo discriminado:

[ ] 1 vínculo com Regime Próprio de Previdência Social – RPPS;

Órgão: (*Nome do órgão que acumula o cargo público*)

Cargo/emprego/função: (*nome do cargo/emprego/função que acumula*)

Carga horária semanal: (*especificar a carga horária que acumula*)

[ ] 2 vínculos com Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Órgão: (*Nome do órgão que acumula o cargo público*)

Cargo/emprego/função: (*nome do cargo/emprego/função que acumula*)

Carga horária semanal: (*especificar a carga horária que acumula*)

[ ] Acumulo cargo(s), emprego(s) e/ou função(ões) pública(s), incluídas as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e Fundações mantidas pelo Poder Público, abaixo discriminado:

Órgão: (*Nome do órgão que acumula o cargo público*)

Cargo/emprego/função: (*nome do cargo/emprego/função que acumula*)

Carga horária semanal: (*especificar a carga horária que acumula*)

Horário inicial e final: (*especificar o horário de início e fim as atividades do cargo que acumula*)

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Taió (SC), (*dia*) de (*mês*) de (*ano*).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(*Nome do declarante*)”

Anexo V

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADES DISCIPLINARES

Eu (*nome completo*), Infra-assinado, portador(a) do RG n. (*xxxxx*), inscrito(a) no CPF sob o n. (*xxx.xxx.xxx-xx*), em cumprimento ao que determina a Instrução Normativa N. TC-011/2011, DECLARO para todos os efeitos legais e sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, nos termos da legislação vigente, que não sofri em tempo algum, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidades incompatíveis com o cargo público.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Taió (SC), (*dia*) de (*mês*) de (*ano*).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(*Nome do declarante*)

Anexo VI

DECLARAÇÃO DE BENS COM A INDICAÇÃO DAS FONTES DE RENDA

( ) Declaro que estou dispensado de apresentar a declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza conforme regras estabelecidas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Dessa forma declaro possuir os bens abaixo relacionados.

**Relação de bens.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Identificação do bem** | **Valor de aquisição** | **Valor venal** |
|  |  |  |
|  |  |  |

**Fontes de renda.**

|  |
| --- |
|  |
|  |

Declaração exigida em conformidade com o art. 1º da Lei n. 8.730/1993

**Relação de cargos de direção e de órgãos colegiados que o declarante exerça ou haja exercido nos últimos dois anos.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Cargo** | **Órgão/empresa** | **Período** |
|  |  |  |
|  |  |  |

Relação exigida nos termos do art. 2º, §6º da Lei n. 8.730/1993

Taió (SC), (*dia*) de (*mês*) de (*ano*).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(*Nome do declarante*)

Anexo VII

DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR BENS

Eu, (*nome completo*), portador(a) do CPF n.º (*xxx.xxx.xxx-xx)*, declaro, para os devidos fins e efeitos legais que estou dispensado de apresentar a declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza conforme regras estabelecidas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, bem como não possuo nenhum bem em meu nome.

E por ser esta e expressão da verdade assino a presente de declaração.

Taió (SC), *(dia)* de *(mês)* de *(ano).*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(*Nome do declarante*)”